

AS FINALIDADES DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

THE AIMS OF EDUCATION AND EDUCATIONAL POLICIES IN THE CONTEMPORARY CONTEXT

Eduardo Joaquim Nascimento Silva¹

Daniel Junior de Oliveira²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as finalidades da educação, considerando suas relações com políticas educacionais, influências econômicas e o papel do professor diante de um currículo condicionado por demandas globais. A pesquisa, de natureza bibliográfica, investiga como organismos internacionais promovem uma visão hegemônica da educação voltada para interesses econômicos. A questão central da pesquisa é: quais são as implicações das finalidades da educação na construção das políticas educacionais e na atuação docente? O estudo fundamenta-se nos aportes teóricos de Lenoir (2012; 2013), Libâneo (2012) e Lessard (2021), que discutem a dualidade da escola pública, a influência das finalidades educativas escolares e as políticas educacionais que se fazem presentes no contexto contemporâneo. O estudo revela a importância de uma abordagem crítica, reflexiva e propositiva sobre a compreensão do que se referem às finalidades educativas da educação escolar, de forma a garantir, a partir das políticas educacionais, uma formação para o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes que em grande parte estão frequentando as escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Finalidades; Educação; Políticas Educacionais; Neoliberalismo.

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais – UniMais. Graduado em Geografia com Especialização em: Gestão Educacional (FABEC). E-mail: eduardo.jnsilva@gmail.com

² Doutor em Educação - Professor no Programa de Pós-Graduação (PPGE) do Centro Universitário Mais – Uni Mais. E-mail: danieljunior@facmais.edu.br

ABSTRACT

This article aims to analyze the purposes of education, considering its relationships with educational policies, economic influences and the role of the teacher in a curriculum conditioned by global demands. The research, of a bibliographic nature, investigates how international organizations promote a hegemonic vision of education focused on economic interests. The central research question is: what are the implications of the purposes of education in the construction of educational policies and teaching performance? The study is based on the theoretical contributions of Lenoir (2012; 2013), Libâneo (2012) and Lessard (2021), who discuss the duality of public schools, the influence of school educational purposes and educational policies that are present in the contemporary context. The study reveals the importance of a critical, reflective and propositional approach to understanding what refers to the educational purposes of school education, in order to guarantee, based on educational policies, training for the intellectual, social and cultural development of students who are largely attending Brazilian public schools.

INTRODUÇÃO

Gohier (2002) afirma que determinar as finalidades da educação é mais que uma necessidade, trata-se de uma prioridade para estabelecer os fundamentos para a construção de currículos. A definição das finalidades da educação é um tema central nas políticas educacionais, pois influencia a construção curricular e o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem. No atual contexto globalizado, observa-se uma crescente interferência de organismos internacionais na formulação dessas finalidades, alinhando-as a interesses econômicos e neoliberais (Lessard, 2021). Essa influência impacta diretamente os sistemas educacionais, promovendo uma visão mercadológica da educação e reformulando o papel da escola e do docente.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as finalidades da educação, considerando suas relações com políticas educacionais, influências econômicas e o papel do professor diante de um currículo condicionado por demandas globais. O questionamento central que norteia a pesquisa é: quais são as implicações

das finalidades da educação na construção das políticas educacionais e na atuação docente?

A pesquisa é de natureza bibliográfica, conforme definido por Gil (2008), caracterizando-se pelo levantamento, análise e interpretação de produções teóricas sobre o tema. A pesquisa bibliográfica permite aprofundar a compreensão sobre um determinado objeto de estudo a partir de fontes já publicadas, garantindo um embasamento teórico consistente. Fundamenta-se em autores como Lenoir (2012; 2016), Libâneo (2012), e Lessard (2021). A importância deste estudo reside na necessidade de compreender como as finalidades da educação impactam diretamente a estrutura curricular e a autonomia docente. Desse modo, considera-se que compreender essas influências possibilita uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais e suas repercussões na prática pedagógica, contribuindo para um debate qualificado sobre o futuro da educação.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta o conceito de finalidades educativas a partir dos estudos de Lenoir (2012; 2016). Em seguida, discute-se a visão hegemônica da educação no contexto neoliberal, analisando o impacto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) nas diretrizes educacionais. A terceira seção aborda as finalidades educativas escolares e as propostas curriculares em disputa. Por fim, a última seção explora a relação entre o aprendizado e o papel do professor diante das exigências curriculares e políticas educacionais contemporâneas.

1. FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES

Afirmar que a educação tem como objetivo apenas perpetuar e conservar uma sociedade é uma concepção limitada, pois seu principal intuito é promover o desenvolvimento social e possibilitar transformações significativas, levando a sociedade à evolução e, eventualmente, à revolução (Lenoir, 2012). No âmbito das questões polêmicas, há conceitos fundamentais cuja essência é contestada, gerando debates intermináveis sobre seus.

O conceito de finalidade educativa engloba diversos atributos e é essencialmente contestado devido às múltiplas interpretações e controvérsias que o cercam. Para compreender esse conceito, é necessário entender o significado de finalidade. Finalidade pode indicar a orientação geral de princípios, concepções, valores e recursos a serem adotados, diferenciando-se de uma meta, que representa um estado específico a ser alcançado ao final de um processo. Enquanto a meta é concreta e delimitada, a finalidade é mais abrangente e abstrata, direcionando-se além de um mero resultado (Legendre, 1993).

As finalidades educativas são resultado do contexto social, cultural e político e estão vinculadas a relações de poder entre organizações sociais que disputam interesses econômicos, políticos e ideológicos. Nesse sentido, essas finalidades não são neutras, mas sim influenciadas por um contexto específico, refletindo expectativas e valores relacionados a objetivos, políticas e estrutura curricular (Lenoir, 2012).

A análise de Lenoir (2012) permite compreender a realidade social, o sentido atribuído ao processo educativo e as orientações impostas pela sociedade, ou, de forma mais concisa, quem exerce controle sobre ela. As finalidades da educação selecionam valores que fundamentam a organização do sistema educacional.

Lenoir (2012) utiliza os termos "finalidades" e "visões" como sinônimos, distinguindo-os apenas da função que deve ser adotada. Esse autor menciona Bourdieu (1979) ao conceituar a noção de função, referindo-se às finalidades que determinados grupos atribuem às instituições.

Todavia, a abordagem não se alinha a uma visão funcionalista que adota uma perspectiva global. O objetivo é destacar as funções sociais do sistema educacional, que, no caso em questão, corresponde à instituição escolar. Essa instituição é compreendida de diferentes maneiras por diversos grupos sociais que interagem diretamente com ela.

Para compreender as funções sociais do sistema de ensino, é necessário analisar os papéis que lhe são atribuídos. As finalidades da educação são formuladas e contextualizadas da mesma forma que qualquer outra matéria política, sendo influenciadas pelo período histórico e pelo governo vigente (Lenoir, 2012).

Os motivos para a revisão dos programas de ensino são, em sua maioria, de natureza sociológica, pois é essencial adaptá-los às novas condições e necessidades. Raramente, tais revisões ocorrem exclusivamente por razões pedagógicas.

A educação não pode ser dissociada da política, das relações econômicas e sociais, da forma de governo e do estilo de vida da sociedade. Assim, não há uma perspectiva neutra nesse processo (Reboul, 1971). A educação é diretamente influenciada pelo contexto social e ideológico, refletindo-se nas políticas educacionais, nas expectativas em torno da educação, na estrutura curricular e no conteúdo programático. Esse caráter político-ideológico se manifesta em discursos e práticas que, embora aparentemente neutros, visam à manutenção da ordem.

Para Lenoir (2016), é uma ilusão idealizar que as finalidades educacionais possam ser neutras, pois elas resultam de um conjunto de forças impulsionadas por interesses particulares e valores sociais. Nesse sentido, não há valores e finalidades universais. Analisar as finalidades educativas permite ao observador compreender o contexto social, o sentido atribuído ao processo educativo e as diretrizes estabelecidas pelo Estado, inserindo-se no discurso político-ideológico.

Dessa forma, torna-se essencial compreender que o cerne das finalidades educacionais não está unicamente embasado na realidade social ou em um contexto histórico-teleológico, mas nas construções simbólicas e sociais que orientam as finalidades socioeducativas e as formas de atualização dos sistemas educacionais.

Uma abordagem sócio-histórica é essencial para compreender as finalidades escolares porque permite analisar sua origem e evolução dentro das reformas educacionais. Esse enfoque possibilita identificar os significados atribuídos às finalidades da escola ao longo do tempo, considerando os contextos sociais, políticos e culturais que influenciaram sua seleção. De acordo com Lenoir (2016), essa abordagem consiste em reposicionar historicamente as finalidades educacionais mais recorrentes, permitindo uma análise crítica sobre como e por que determinadas escolhas foram feitas no campo educacional.

Lenoir (2016) argumenta que, para compreender plenamente o presente, é necessário primeiro reconhecê-lo, para então analisar o passado em sua relação com os processos históricos. Ou seja, a compreensão do passado não pode ser dissociada do

olhar sobre o presente, pois ambos estão interligados em uma dinâmica contínua de transformação.

Dessa forma, as finalidades educativas escolares, segundo Lenoir (2016), podem ser entendidas como construções históricas e sociais que refletem as demandas de cada época. Elas não são neutras, mas sim selecionadas de acordo com interesses e valores específicos, o que reforça a importância de uma análise sócio-histórica para interpretar criticamente a educação e suas funções na sociedade.

2. A VISÃO HEGEMÔNICA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: OCDE E UNESCO

O neoliberalismo é um modelo socioeconômico criado durante a década de 1970, na Europa, baseado no liberalismo clássico. Trata-se de uma teoria econômica que orienta as políticas capitalistas e defende a não interferência do Estado na economia, conhecido como Estado Mínimo. Os neoliberais também pregam a privatização das empresas estatais e o término das políticas sociais (Harvey, 2005).

Antes da Segunda Guerra Mundial, a elaboração, controle e implementação das políticas educacionais eram responsabilidade dos Estados-nação. Com o fim da guerra, no entanto, organizações internacionais passaram a desempenhar um papel crescente nas áreas econômica, política e cultural em todo o mundo. Entre essas instituições destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a UNESCO e a OCDE (Lessard, 2021).

Os trinta anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, denominados de “Trinta Gloriosos”, foram caracterizados por um forte crescimento econômico e pela intensificação da globalização. Nos anos de 1990, as políticas educacionais passaram a ser desenvolvidas globalmente por meio das ações das organizações internacionais, que promoviam reformas nos sistemas educativos em consonância com valores globais (Goergen, 2020).

A OCDE desempenha um papel central nesse contexto, haja vista que influencia a formulação de políticas educacionais nacionais e contribui para a desnacionalização dos sistemas educativos. Criada em 1960, a OCDE busca o crescimento econômico

por meio da cooperação institucional e política. Seu discurso evidencia a centralidade da economia e promove a mercantilização da vida social e, para isso, abarca os objetivos, currículos e metodologias pedagógicas (OCDE, 2019).

O discurso da OCDE é caracterizado por uma generalidade que dificulta a articulação de críticas, além de promover um ideal competitivo fundamentado no conhecimento. Desde a década de 1960, a educação passou a ser considerada um fator de desenvolvimento econômico, sendo vista como um investimento (Lessard, 2021).

A OCDE também impulsiona reformas na governança do setor público, promovendo a privatização de serviços educacionais por meio de parcerias público-privadas e sistemas de vale-educação. Todavia, sua perspectiva tem sido criticada por reforçar desigualdades sociais, uma vez que o modelo neoliberal absorve valores das classes médias, priorizando a realização pessoal e a adaptação ao mercado, enquanto as desigualdades persistem (Goergen, 2020).

Por outro lado, a UNESCO, criada em 1945, promove uma abordagem humanista da educação, considerando-a um direito fundamental. Seu discurso integra a teoria do fator humano, ampliando a visão sobre o papel da educação para além do crescimento econômico. No documento “Repensando a Educação” (UNESCO, 2015), a organização reafirma a educação como um meio de desenvolvimento pessoal e inclusão social, enfatizando a diversidade cultural e os direitos humanos.

A UNESCO busca superar a visão economicista e valoriza as múltiplas dimensões humanas. Desta forma, está pautada na inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiências e migrantes. Diferentemente da OCDE, que prioriza a empregabilidade e a segurança material, a UNESCO entende a educação como um direito e defende a equidade como objetivo fundamental (UNESCO, 2015).

Apesar das diferenças, ambas as organizações compartilham a valorização do progresso e do desenvolvimento. Enquanto a OCDE apresenta uma visão voltada para a adaptação das instituições à nova ordem mundial, a UNESCO enfatiza uma educação inclusiva e humanista, por meio da qual se respeita as diferenças culturais e promove a cooperação global. A interação entre essas perspectivas reflete as tensões e os desafios da educação no contexto neoliberal.

3. FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E CURRÍCULO

A formulação das finalidades educativas é um elemento essencial para o sistema escolar, pois define diretrizes fundamentais que orientam as políticas educacionais, auxiliando na elaboração dos currículos e na aplicação prática desses currículos nas salas de aula. De acordo com Lenoir (2016), essas finalidades funcionam como indicadores importantes para compreender as orientações dos sistemas educacionais, suas teorias, valores e práticas pedagógicas, além de refletirem sua relação com os contextos contemporâneos, os desafios educacionais e os sentidos atribuídos ao processo educativo.

A educação escolar ocupa um lugar central nas políticas sociais e é um dos principais temas nas discussões sobre as finalidades educativas e um campo de debates que envolve diversos interesses sociais e políticos. Desde a década de 1980, os currículos escolares, em nível global, passaram por grandes transformações decorrentes da globalização e do neoliberalismo econômico, o que resultou na internacionalização das políticas educacionais (Apple, 2002). Nesse contexto, os países emergentes foram instados a identificar os reais interesses por trás das escolhas relacionadas às finalidades educativas e suas políticas educacionais.

De acordo com Libâneo (2012), no cenário atual, a escola tem sido concebida de maneira dual: para os pobres, como um centro de acolhimento social; e para os ricos, como um centro de aprendizagem e de novas tecnologias voltadas para a formação humana. A partir desta dualidade apresentada por Libâneo (2012) é necessário pensar sobre como as finalidades educativas impactam as políticas educacionais, as grades curriculares e a atuação dos professores, além de quais finalidades são endossadas pelas organizações que constituem a sociedade.

Oliveira e Freitas (2022) argumentam que a crescente influência neoliberal na educação brasileira tem reforçado essa divisão, transformando a escola em um espaço subordinado às exigências do mercado, com impactos diretos na formulação curricular e na prática docente. Para os autores, a mercantilização do ensino e a introdução de mecanismos empresariais na gestão escolar resultam na precarização

do acesso ao conhecimento científico e na ampliação das desigualdades educacionais.

Essa perspectiva é complementada por Oliveira e Borges (2023), que enfatizam a necessidade de repensar as finalidades educativas diante das mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas. Os autores destacam que a escola deve ir além da simples transmissão de conhecimentos, promovendo uma educação integral que contemple tanto aspectos cognitivos quanto emocionais e sociais. Nesse contexto, a crescente exigência por inclusão e diversidade nas instituições de ensino exige um debate aprofundado sobre o modelo educacional vigente e sua adequação às demandas do século XXI.

A influência do neoliberalismo na educação traz consigo características marcantes, como a privatização dos serviços educacionais, a lógica da concorrência e da competitividade, e a descentralização do ensino, reduzindo as responsabilidades estatais. A educação passa a ser tratada como uma mercadoria, e a unidade escolar é concebida como uma empresa, em que os pais e alunos se tornam clientes, e o professor, um prestador de serviços (Giroux, 2002).

Para o neoliberalismo, a educação deve fornecer o capital humano necessário para as empresas, focando na inserção dos indivíduos dentro da lógica do mercado, sem priorizar o desenvolvimento do pensamento crítico ou a formação de uma consciência coletiva (Lenoir, 2016).

A internacionalização das políticas educacionais, baseadas na racionalidade econômica, tem interferido diretamente nas diretrizes curriculares, nas formas de gestão e organização das escolas e nos procedimentos pedagógicos. Isso tem provocado mudanças nas condições de trabalho dos educadores, como a precarização, a desvalorização da profissão e a imposição de conteúdos e testes padronizados. Segundo Saviani (2013), esse modelo tem como objetivo transformar a escola em um ambiente voltado para a formação de competências que atendam às demandas do mercado, muitas vezes em detrimento de uma formação mais crítica e reflexiva.

Nos últimos vinte anos, é possível identificar algumas abordagens no meio educacional brasileiro em relação às finalidades da escola, observadas em trabalhos acadêmicos e na formação de professores. Uma das abordagens mais presentes é a

pedagogia tradicional, que vê a finalidade da educação como a preparação intelectual dos alunos para assumirem papéis na sociedade. A pedagogia tradicional, influenciada por uma mentalidade conservadora e religiosa, tem como objetivo reproduzir os valores dominantes, formando alunos com comportamentos adequados à sociedade, e rejeitando qualquer tentativa de transformação social (Kramer, 1995).

Por outro lado, a visão neoliberal sobre as finalidades educativas está fortemente vinculada a organismos internacionais multilaterais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que tem uma abordagem humanista, focada nas necessidades básicas e no desenvolvimento humano. Esse modelo de escola busca resultados quantificáveis e adota métodos de ensino voltados para o armazenamento de conteúdos e treinamento, além de testes padronizados para monitorar o desempenho dos alunos e dos professores.

Segundo Santos (2009), o foco do currículo neoliberal é garantir a eficiência econômica, muitas vezes, em detrimento do conhecimento científico, da formação cultural e do desenvolvimento psíquico, priorizando as habilidades e competências utilitárias.

Neste estudo, defende-se a visão dialética histórico-cultural, que, por sua vez, é pautado em um currículo de formação cultural e científica, fundamentado na teoria pedagógica histórico-cultural de Vygotsky (2001). Sob essa perspectiva, a formação das funções psicológicas ocorre por meio da atividade histórica e coletiva dos indivíduos.

Sob esse entendimento, a educação é vista como uma ferramenta de democratização, essencial para o desenvolvimento intelectual e a formação da personalidade. Essa abordagem assegura aos alunos meios para se apropriarem do conhecimento produzido historicamente, promovendo a justiça social e superando desigualdades por meio do conhecimento e da aprendizagem.

As finalidades educativas devem ser, portanto, discutidas de maneira ampla, considerando as diferentes abordagens teóricas e as realidades sociais e culturais das comunidades educacionais. É essencial que as políticas educacionais garantam que a educação seja um espaço de acolhimento, desenvolvimento humano e transformação social. A polarização entre uma escolarização formal e a organização para o

acolhimento das diferenças culturais e sociais enfraquece a missão da escola de promover a justiça social.

Essa disputa conceitual sobre as finalidades da educação não deve obscurecer a necessidade de uma escola que seja, de fato, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social, que têm na educação sua principal chance de alcançar uma vida mais digna e plena.

4. RELAÇÕES ENTRE O APRENDIZADO E O PAPEL DO PROFESSOR

A análise das finalidades educativas por meio de aspectos políticos e conceituais destaca o papel crucial que essas finalidades desempenham nas políticas educacionais e na atuação dos professores. Segundo Esquivel (2015), as finalidades educativas devem refletir os objetivos de transformação social, sendo fundamental que a educação cumpra seu papel de proporcionar mudanças na realidade dos indivíduos e da sociedade. Além disso, a atuação dos professores como mediadores desse processo é essencial para garantir que essas finalidades se concretizem no cotidiano escolar (Lessard, 2021).

Libâneo (2016) também enfatiza que as finalidades educativas são bases filosóficas e sociais que orientam as práticas pedagógicas, e sua implementação depende diretamente da formação e atuação dos docentes. Nesse sentido, há uma necessidade de analisar as relações entre os campos teóricos e didáticos curriculares, buscando uma complementaridade entre esses aspectos na prática do professor, como destaca Pimenta (1999).

Diante disso, embora as finalidades educativas se tornem uma prioridade e uma necessidade no contexto atual, há um dissenso significativo entre os campos político, acadêmico e econômico quanto a essas finalidades. Isso se reflete na constante disputa entre diferentes concepções de educação, que são moldadas por diversas pressões sociais e ideológicas. Esses embates são importantes, pois ajudam a identificar as orientações explícitas e implícitas presentes no contexto escolar e nas diretrizes curriculares, auxiliando os professores na conscientização das implicações dessas orientações em sua prática pedagógica.

Esquivel (2015) destaca que os professores são agentes fundamentais na implementação de mudanças curriculares, funcionando como intermediários essenciais para o sucesso das transformações propostas. Sendo assim, o conhecimento e a discussão sobre as finalidades educativas são imprescindíveis para que os professores possam desempenhar seu papel de forma crítica e ativa na busca por mudanças sociais, como reforçam Lessard (2021) e Fusari, Almeida e Pimenta (2023).

Essas discussões também devem incluir os desafios enfrentados pelos professores, como o cerceamento de sua autonomia profissional frente às políticas curriculares estabelecidas. Fusari, Almeida e Pimenta (2023) ressaltam a necessidade de repensar o grau de autonomia dos docentes dentro dessas políticas e de avaliar se existem espaços para decisões próprias dentro do trabalho pedagógico.

No contexto acadêmico e de pesquisa, também existem intensos debates sobre os objetivos e funções da escola, suas formas de organização e a concretização da aprendizagem. Libâneo (2016) discute amplamente o papel da escola na formação do cidadão e a busca por uma educação de qualidade que atenda a todas as camadas da sociedade, especialmente as mais pobres. Esses debates impactam diretamente as decisões sobre as finalidades educativas, influenciando a formulação de currículos e as práticas pedagógicas adotadas.

As finalidades e objetivos da educação acabam por definir critérios de qualidade para o processo educativo, que envolvem o papel da escola dentro da sociedade. Para Libâneo (2016), as finalidades educativas devem contemplar tanto a formação para o trabalho, quanto o acolhimento, o cuidado e a promoção dos direitos dos cidadãos. Esses critérios, quando bem estabelecidos, orientam as políticas educacionais, delineando o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A atuação dos professores, portanto, está diretamente relacionada a decisões que ultrapassam os limites do seu trabalho diário, visto que suas práticas são influenciadas por políticas educacionais que vão além do âmbito escolar. Essas políticas, de acordo com Viana e Santos (2018), moldam as condições de trabalho dos docentes e podem ser reinterpretadas e adaptadas à realidade concreta das escolas; o que reforça a ideia de que os professores desempenham um papel ativo e decisivo na implementação dessas políticas.

As escolas, como partes integrantes de um sistema educacional mais amplo, são influenciadas por diretrizes curriculares e políticas educacionais, que moldam as atitudes dos alunos, professores e gestores. No entanto, a existência dessas diretrizes não impede que haja resistências e interpretações diversas por parte dos atores escolares. Fusari, Almeida e Pimenta (2023) afirmam que, embora as escolas estejam inseridas em um sistema social e político, as diretrizes curriculares não devem retirar a autonomia dos professores, que são responsáveis por adaptar essas diretrizes às realidades locais.

Dessa forma, a escola e seus agentes educativos são capazes de avaliar as determinações oficiais, identificando até que ponto essas orientações atingem a realidade social e escolar e como atendem aos critérios de inclusão e justiça social. Como observam Fusari, Almeida e Pimenta (2023), mesmo que exista uma distância entre as políticas públicas e sua execução prática, cabe aos professores definir os critérios necessários para o processo de aprendizagem, ajustando-os às necessidades e características dos alunos. A ação docente, assim, se torna fundamental na tradução dos conteúdos de aprendizagem em procedimentos que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos.

Por fim, a principal finalidade da escola é inserir os alunos no mundo do conhecimento, aprimorar sua capacidade de pensar de forma crítica e reflexiva, respeitando suas diferenças e vivências. Essa perspectiva, conforme Fusari, Almeida e Pimenta (2023), considera as diferenças culturais e individuais como condições naturais e concretas, não como exceções.

A aprendizagem, nesse sentido, deve ser fundamentada na justiça social, deve ampliar as capacidades dos alunos para promover mudanças e articular a formação cultural e científica com as práticas socioculturais, sempre buscando um processo educacional que seja inclusivo e transformador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as finalidades da educação e suas implicações nas políticas educacionais, considerando a influência de organismos internacionais e os impactos

na prática docente. A pesquisa buscou responder à questão central: quais são as implicações das finalidades da educação na construção das políticas educacionais e na atuação docente?

Os resultados evidenciaram que as finalidades educativas não são neutras, mas orientadas por diferentes interesses políticos, econômicos e ideológicos. Observou-se que, nas últimas décadas, a globalização tem promovido a hegemonia de uma visão mercadológica da educação, na qual organismos internacionais, como a OCDE e a UNESCO, exercem influência na formulação das políticas educacionais. Enquanto a OCDE enfatiza a educação como um meio de qualificação para o mercado de trabalho, a UNESCO defende uma abordagem mais humanista e inclusiva; no entanto, ambas se pautam na perspectiva neoliberal para a educação e para a sociedade. Essas disputas refletem-se na estrutura curricular e na autonomia dos professores, muitas vezes limitados por diretrizes padronizadas e avaliações em larga escala.

A pesquisa também demonstrou que, no Brasil, a influência do neoliberalismo tem reforçado um modelo de escola dual, no qual os mais privilegiados acessam um ensino voltado ao conhecimento científico e cultural, enquanto as camadas populares são direcionadas a uma formação básica funcional, que limita suas oportunidades de ascensão social. Esse cenário aprofunda as desigualdades educacionais e compromete o papel da escola como espaço de emancipação e transformação social.

Diante desse contexto, torna-se fundamental que educadores e formuladores de políticas públicas questionem essas diretrizes e promovam um debate crítico sobre as finalidades educativas. A defesa de uma educação integral, pautada na justiça social, na valorização do conhecimento e na formação cidadã, deve ser prioridade na construção de um sistema educacional mais equitativo.

Portanto, este estudo reforça a importância de uma abordagem crítica e reflexiva sobre as finalidades da educação, destacando a necessidade de políticas educacionais que garantam não apenas a empregabilidade, mas o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes. A pesquisa verificou que a resistência a modelos reducionistas e mercadológicos da educação é essencial para assegurar que a escola continue sendo um espaço de conhecimento, reflexão e transformação social.

6. REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. Does education have independent power? Bernstein and the question of relative autonomy. *British Journal of Sociology of Education*, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 607-616, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1393316>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- ESQUIVEL, Rocio. Analysis of the educational aims of language teaching in Chile: the ideology behind curricular adjustments. *Educativa*, Goiânia, v. 17, p. 573-602, jul./dez. 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. A escola pública brasileira em tempos neoliberais: retratos da realidade. In: MARTINS, E. S. et al. *Retratos da Escola Pública Brasileira em Tempos Neoliberais* [recurso eletrônico]. Fortaleza: EdUE-CE, 2023, p. 27 – 51.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIROUX, Henry A. Professores como Intelectuais Transformadores. In: GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 157-164.
- GIROUX, Henry. Neoliberalism, corporate culture, and the promise of higher education: The university as a democratic public sphere. *Harvard Educational Review*, v. 72, n. 4, p. 425-464, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.17763/haer.72.4.0515nr62324n71p1>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- GOERGEN, Pedro Laudinor. Educação e democracia no contexto do capitalismo neoliberal contemporâneo. *Educação*, [S. l.], v. 43, n. 2, p. e36221, 2020. DOI: 10.15448/1981-2582.2020.2.36221. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/36221>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- GOHIER, Christiane. Les finalités de l'éducation. *Éducation et francophonie*, v. 30, n. 1, p. 1-6, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1079536ar>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

KRAMER, Sônia. A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LEGENDRE, Renald. Dictionnaire actuel de l'éducation (2e éd.). Montréal: Guérin (1re éd. 1988). 1993.

LENOIR, Yves. La question du juste dans les dispositifs d'évaluation scolaire: un regard critique à partir des sphères de justice de Walzer. In: L. Talbot et V. Bedin (dir.), *Les points aveugles dans l'évaluation des dispositifs d'éducation et de formation* (p. 43-81) Berne : Peter Lang. 2012

LENOIR, Yves *et al.* As finalidades educativas escolares: esclarecimentos conceituais. In: LENOIR, Y. *et al.*; (orgs.). *Les finalités éducatives scolaires: une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques*. Saint Lambert (Quebec, Canadá): Éditions Cursus Universitaire, 2016.

LESSARD, Claude. Les organisations internationales et l'éducation dénationalisée d'un apprenant perpétuel et adaptable. *Educativa*, Goiânia, v. 24, p. 1-37, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, Mar. 2012, vol. 38, nº.1, p. 13-28.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtqY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 2 fev. 2025.

OCDE. *OECD Future of Education and Skills 2030*. Conceptual Learning Framework. Paris: OCDE, 2019.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Finalidades Educativas Escolares: Alguns Apontamentos para Compreender a Escola no Atual Contexto. *Revista Científica da UniMais*, v. 21, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/14>.

Acesso em: 2 fev. 2025.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. Em busca de resistência e enfrentamento das políticas educacionais neoliberais. *Revelli*, v. 14, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/12521>. Acesso em: 2 fev. 2025.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

REBOUL, Olivier. *Kant et le problème du mal*. Montreal. PUM. 1971.

SANTOS, Isis Flora. Narrativas: as falas da experiência - colaboração para a formação de professores no mundo lusófono. *Revista ACOALFA/p*: Acolhendo a Alfabetização

nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 4, n. 7, 2009. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>. Publicado em: setembro 2009.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 743–760, jul. 2013.

UNESCO. *Repensando a educação*: rumo a um bem comum global? Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232555>.

VIANA, Jeane dos Santos Silva; SANTOS, Fabiano Antonio dos. Centralidade do professor nas políticas educacionais. *Imagens da Educação*, v. 8, n. 2, e41810, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v8i2.41810>.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.